

Governo derruba invasões em Samambaia

O artesão João Alves de Souza, 32 anos, mudou-se para o conjunto 19 da quadra 404 em Samambaia há um ano e dois meses. Invadiu um lote e construiu sua oficina, onde trabalha com madeira, e a casa para abrigar o filho de quatro anos de idade e a mulher, grávida de sete meses. Na manhã de ontem, o artesão tentou por quase duas horas impedir a demolição de seu barraco levantado irregularmente. Não conseguiu. A moradia de tábuas de madeira foi ao chão, numa operação coordenada pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (Idhab), com o apoio do Serviço de Vigilância do Solo (Siv-Solo) e os fiscais da Administração Regional da cidade.

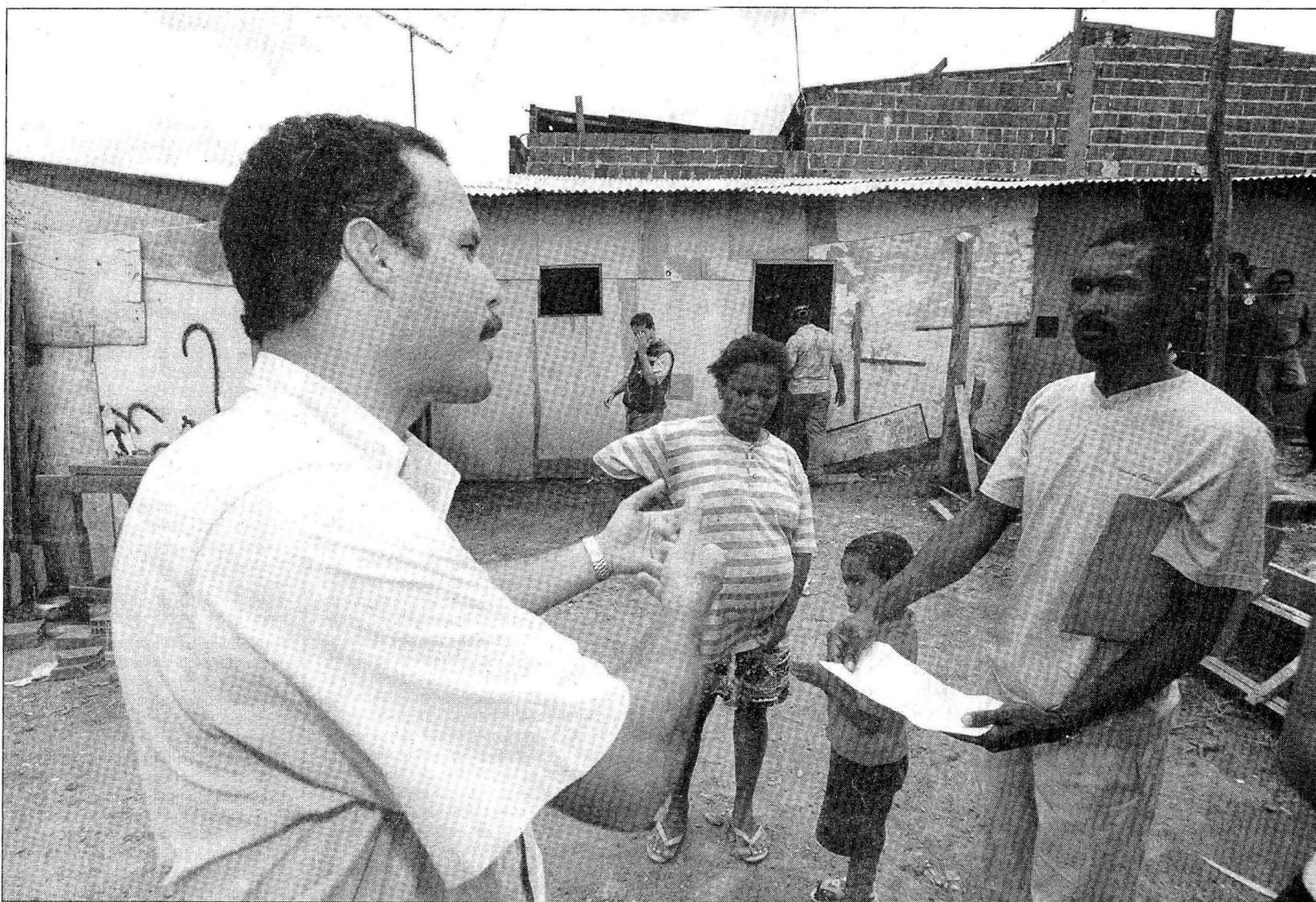
Ao todo, 17 barracos foram derrubados na QR 404 durante a manhã de ontem. À tarde, a operação continuou na QR 601, onde 48 famílias invadiram lotes no último mês. Ali apenas duas casas — ainda em fase de construção — foram demolidas antes do término dos serviços. O restante dos moradores recebeu um prazo de 24 horas para apresentar algum tipo de documentação de posse dos lotes à Administração Regional. Caso não haja tais documentos, a derrubada será reiniciada.

A desocupação na quadra 404, comandada pelo Siv-Solo a pedido do Idhab, foi iniciada às 9h. Acompanhado de fiscais da instituição e da Administração Regional, o capitão Cláudio Armond, chefe de operações do Siv-Solo, ordenou a retirada de móveis e outros pertences dos moradores para a derrubada dos barracos de madeirite e reintegração de posse dos terrenos ao Idhab.

MORAR LEGAL

As terras pertencem à entidade e estão destinadas ao programa Morar Legal do GDF, que inclui a distribuição de lotes para cooperativas, organizadas entre servidores públicos e grupos particulares, responsáveis por construir as casas e para as pessoas cadastradas na lista limpa do Idhab.

“É uma situação complicada, mas o Estado não pode permitir que essas invasões aconteçam. Se nada for feito para impedi-las, qualquer um vai poder invadir um lote e exigir a posse do terreno”, afirma o capitão Armond. Ele foi chamado à quadra 404 para resolver o impasse entre os fiscais e o morador João Alves, que



O chefe de operações do Siv-Solo, capitão Cláudio Armond, tenta explicar ao invasor João Alves por que o governo está realizando a derrubada de barracos

assegurava ter direito ao lote.

Em frente ao barraco, o artesão impedia a entrada dos funcionários da administração e do Siv-Solo. “Recebi uma carta do Idhab que dizia que minha situação seria estudada. Ninguém me disse que eu deveria sair daqui”, argumenta João Alves. Há oito anos em Brasília, o piauiense enviou uma carta ao Idhab na qual pedia um lote em setembro deste ano.

A empregada doméstica Marinalva Maria de Souza, 28 anos, também teve seu barraco derrubado na manhã de ontem. Ela e o marido, o pintor desempregado Gildásio Manoel da Silva Junior, 36 anos, já enfrentaram inúmeras derrubadas. Há dois anos e quatro meses na casa 11 do conjunto 19 da QR 404, o casal e os cinco filhos, entre sete meses e 12 anos de idade, tiveram seu barraco de um cômodo demolido 11 vezes.

“Os primeiros barracos da invasão

da 404 de Samambaia começaram a ser erguidos somente no dia 10 de outubro deste ano. No dia 19, fizemos a primeira derrubada e, como os invasores voltaram, realizamos a segunda hoje (ontem)”, garante o chefe da coordenação de fiscalização imobiliária do Idhab Cláudio Martins de Pinho. Segundo ele, nenhum dos ocupantes está há mais de 12 meses no local, como afirmam João Alves e Marinalva, por exemplo.

LEVANTAR DE NOVO

“A gente só espera os fiscais irem embora para levantar tudo de novo. Não temos para onde ir então vamos ficando por aqui mesmo”, alega Marinalva, que trocou o aluguel de uma casa em Ceilândia pelo terreno baldio, “descoberto” em uma visita feita a colegas moradoras da quadra. Piauiense, ela afirma que 24 famílias moravam nos barracos derrubados.

“Todos nós temos direito a ter um lugar para viver”, acredita.

De acordo com Cláudio Martins, os fiscais só demoliram duas casas em construção no conjunto 01 da QR 601 (eram 23 no cronograma) para cumprir a notificação emitida pela Administração Regional de Samambaia, que deu aos moradores um prazo de um dia para tentar regularizar sua situação. “Mas, tão logo o prazo expire, vamos continuar as retiradas porque os terrenos não pertencem aos invasores. Além do mais, a ocupação dos lotes começou há 15 dias”, afirma.

O presidente da Associação dos Moradores da quadra 601, Juvêncio Nascimento Assis, morador há três anos de um lote irregular, é contra as derrubadas das casas, mesmo tendo sido construídas tão recentemente. “Os moradores ergueram suas casas de alvenaria com o maior esforço e

só agora a fiscalização vem dizer que não podiam?”, questiona.

Membro de uma cooperativa, cujo projeto de construção 27 casa foi aprovado pelo programa Morar Legal, ele se revolta com a demora na entrega dos lotes. “Há três conjuntos na 601 que ainda não foram entregues à população, sem contar os lotes individuais do Idhab que continuam sem dono. Isso é um atrativo para novas ocupações”, acredita.

“Para receber um lote, os inscritos na lista limpa, os grupos de servidores e os grupos organizados em cooperativas precisam seguir alguns trâmites e apresentar documentos que, por exemplo, comprovem o tempo de permanência em Brasília. Todo esse processo realmente é demorado, mas ainda assim não dá direito às pessoas de invadirem lotes que não são seus”, justifica Cláudio Martins.